



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12986 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

O DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS E AS POLÍTICAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E CONTINUIDADE DE ESTUDOS

Arilda da Costa Rocha Vellasco - UNIVERSIDADE ESTACIO DE SÁ - RJ

**O DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS E AS
POLÍTICAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E
CONTINUIDADE DE ESTUDOS**

No Brasil, pode-se dizer que o direito à educação não ocorreu de forma igualitária para todas as pessoas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino garantida por lei, portanto, um direito público subjetivo, que prevê a oferta de educação escolar regular para pessoas jovens e adultas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria. A pesquisa procurou analisar, a partir das narrativas de alunos, as *políticas práticas* educativas implementadas no município de Maricá/RJ, com perspectivas voltadas para a efetivação do direito à educação, pensando em como estas políticas são efetivadas nas escolas e na vida desses educandos. A metodologia utilizada foi produzida com os sujeitos da pesquisa, tecendo conversas sem planejamento prévio, resultando em registros e olhares acerca do “cotidiano” da EJA. A partir das conversas, do respeito às vozes de alunos, a sistematização das informações e a análise nos apontam dizer sobre aquilo que se passa na EJA, destacando como as *políticas práticas* acontecem no interior do espaço escolar e garantem o direito à educação. A luta continua.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Direito à Educação, Políticas Educacionais.

Começo a apresentar essa pesquisa recordando-me do livro “O catador de pensamentos”. A história do Sr. Rabuja, um homem velho que recolhia os pensamentos das pessoas que atravessavam o seu caminho, separava-os, para que em seguida pudesse plantá-

los nos canteiros que circundam a sua casa. Logo depois ele adormecia, e ao acordar percebia que aqueles pensamentos brotavam como flores. Ele então não perde tempo e logo levanta para contemplar as flores dos pensamentos. Com o raiar do dia, as flores vão se dissipando e se espalhando no ar. O Sr. Rabuja mal consegue perceber que isto cria minúsculas partículas de pensamentos que formam uma melodia que se propaga no ar. Elas alcançam os telhados das casas, entrando pelas pequenas frestas e janelas, para em seguida alcançar as testas das pessoas que ainda dormem. Cuidadosamente os novos pensamentos pousam em cada pessoa que está ali sonhando, produzindo assim novos pensamentos. Se não houvesse catadores de pensamentos, estes possivelmente se repetiram e com isso, deixariam de existir.

As histórias que compõem essa pesquisa que é um recorte da dissertação de Mestrado em Educação se assemelham a estes pensamentos e assim como o Sr. Rabuja, busco recolher, semear e colher histórias com a EJA que poderiam se perder pelos caminhos. Histórias estas que dizem dos caminhos que jovens e adultos percorrem para ter o direito à educação. Assim como o “catador de pensamentos” recolho os pensamentos para que eles se renovem. Por que não fazer isso com as histórias que encontro na pesquisa com a EJA?

O direito à educação atravessa a vida das pessoas, principalmente dos alunos da EJA que é uma modalidade da educação permeada por estigmas, exclusão escolar e desigualdades sociais, tornando-se algo fundamental. Diz respeito a muitas coisas, principalmente à luta por melhores condições de vida. Diante dos desafios que encontramos na educação brasileira, aprofundar estudos na Educação de Jovens e Adultos é, também, tratar de desigualdades sociais, inclusão e justiça social. (SALES; PAIVA, 2014; PAIVA, 2017).

As políticas educacionais e as práticas cotidianas são expressas como *políticaspráticas* educacionais, “sem separação, sem a pressuposição de que são coisas diferentes” (OLIVEIRA, 2013, p. 376). Com isso, as *políticaspráticas* são apresentadas de forma aglutinada no decorrer do texto, seguindo como uma escolha epistemológica e política que fiz na sua tessitura. Nesse sentido, considero que “não há prática que não integre uma escolha política e que não há política que não se expresse por meio de práticas e que por elas não seja influenciada” (OLIVEIRA, 2013, p. 376).

Os movimentos da pesquisa nos/dos/com os cotidianos ajudaram-me a produzir esta pesquisa. Trata-se de um estudo que discute e analisa em que medida as *políticaspráticas* educacionais exercidas no âmbito escolar estão trilhando o caminho da garantia do direito à educação: Como se têm dado as *políticaspráticas* educacionais de acesso, permanência e continuidade de estudos na EJA numa escola pública localizada em Maricá/RJ- elas vão de encontro da garantia do direito à educação ao longo da vida?

O ato de pesquisar assumiu (e assume) um compromisso ético e político, envolvido com a construção de uma escola básica engajada na produção de conhecimento. É com o desejo de produzir outras histórias e narrativas, a partir das conversas, como uma das formas possíveis de investigar os cotidianos na pesquisa qualitativa, que o presente estudo pergunta:

o que os alunos da EJA podem dizer acerca dos seus cotidianos? Como as políticas entram na vida desses sujeitos e, trilhando na garantia do direito à educação? Quais são os efeitos das políticas práticas na vida desses sujeitos de direito? A pesquisa ressaltou a importância de se aproximar dos cotidianos das escolas, a fim de discutir os efeitos das *políticas práticas* na vida dos sujeitos.

No Brasil as pesquisas com os cotidianos, no campo da educação, surgiram há pelo menos trinta anos, desenvolvidas inicialmente por Nilda Alves e Regina Leite Garcia, discutindo as ideias de Certeau (1998) associadas às de Lefebvre (1983) e Ezpeleta e Rockwell (1987). A partir de então, o campo de estudos do cotidiano em educação vem avolumando-se a cada dia (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2019).

Para tanto, fiz o uso da narrativa, uma atitude assumida nesta pesquisa como composição de uma trama de conhecimentos que se articula a diferentes contextos (BENJAMIN, 1996; CERTEAU, 1994). Ressalte-se que é um estudo que resultou em/de conversas com alunos da EJA, apostando na conversa como parte das opções metodológicas da pesquisa qualitativa. Considero-a como possibilidade de tessitura e ressignificação do conhecimento escolar, ampliando as discussões para além dele (GONÇALVES *et al*, 2019, p. 23).

A respeito das políticas educacionais da EJA, é importante destacar como elas são e como atualmente afetam a vida de jovens e adultos. Esta percepção colabora com a tomada de consciência sobre a situação atual, dando possibilidade de avaliarmos como estas estão sendo implantadas e também se de fato cumprem seu papel sobre a garantia do direito à educação. As políticas públicas para a EJA devem garantir, dentre outras coisas, o direito à educação. Para isso é importante destacar as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) que preconizam o processo permanente de educação ao longo da vida, superando a função de suprir ou compensar a escolaridade não realizada. As dimensões reparadora, equalizadora e qualificadora devem estar presentes para assegurar este direito à educação, viabilizando assim a ampliação da oferta do acesso e permanência aos que de alguma forma foram excluídos do processo de escolarização.

Estive presente no cotidiano escolar durante a realização da pesquisa, que ocorreu no segundo semestre de 2021 e os primeiros meses do ano de 2022, e muitos momentos foram registrados: no refeitório, nos corredores, na sala observando a aula, ou aproveitando o espaço das conversas paralelas e descobrir fatos importantes da vida de cada aluno, nos lanches de sala de aula, na culminância dos projetos dentro e fora do espaço escolar, ouvindo os acontecimentos diários.

As conversas fluíram então a partir de corpos que conversam e vale esclarecer que consegui algumas informações sobre os dados pessoais dos alunos através de um diálogo orientado pela atenção, sensibilidade e escuta. A fim de preservar a identidade dos alunos *praticantes-pensantes* da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios. Eles contaram sobre o que

viveram até o presente momento de suas vidas. Algumas vozes deixaram escapar um sentimento de culpa, vergonha por não ter estudado na infância ou adolescência e falaram de forma tímida, sem detalhes. Essas falas foram importantes para conhecer o perfil do público da escola pesquisada.

É importante dizer que foram preservadas as falas dos alunos. E assim como afirma Serpa (2018, p.115), “a conversa é uma profissão de fé no outro ser humano e em sua capacidade de nos ouvir, uma possibilidade de, quem sabe um dia, mesmo sem concordar, podermos nos compreender”. Com isso, apresento uma das conversas que aconteceram entre nós:

José, nascido e criado no 2º distrito do município de Maricá, casado, pedreiro, abandonou a escola no ano de 1974. Em uma de nossas conversas falou que foi criado pelo pai que era alcoólatra e uma tia que o ensinou tudo na vida. A mãe abandonou a família porque apanhava todos os dias. Nesse período ele tinha um ano de vida. Cresceu apanhando muito e não conseguia se concentrar nos estudos. Só pensava em chegar em casa e passar por todo o horror de novo, dia após dia. Ficou oito anos na segunda série, não evoluindo. Aos 12 anos parou de estudar e foi trabalhar, abrindo portas numa kombi que transportava pessoas no bairro em que morava. “Eu ganhava 50 cruzeiros e o dinheiro era para pagar a bebida e o cigarro do meu pai”. Aos 21 anos voltou a ter contato com a mãe biológica que havia constituído outra família. “Eu perdoei minha mãe, se eu tenho problemas na coluna até os dias de hoje de tanta paulada nas costas, eu imagino como minha mãe sofreu”. José trabalha varrendo ruas na cidade de Maricá. Ele hoje se encontra na III Fase da EJA para conseguir realizar o sonho e, ao mesmo tempo, a necessidade de tirar a Carteira Nacional de Habilitação. “Eu tenho um carrinho e dirijo sem carteira, já tentei e não consigo passar na prova. Sou um cidadão do bem e quero fazer tudo certo. Venho para escola na maioria das vezes de ônibus vermelhinho^[1] porque tenho medo de ser parado numa blitz policial e prenderem meu carro comprado com muito sacrifício”.

Todos os alunos *praticantes/pensantes* da pesquisa tiveram contato com a escola anteriormente. O retorno à escola se deu por diversos motivos: a necessidade de obter a carteira nacional de habilitação; escrever um livro de receitas; ser professora; ler a bíblia; realizar um curso de teologia, mas o sonho pessoal de aprender a ler e escrever foi o desejo da maioria.

O estudo nos/dos/com os cotidianos nos faz vivenciar essas histórias de vida intensamente e como diz Ferraço (2019, p.101) “no cotidiano, só conhecemos nossas próprias criações, pois em essência, somos nosso próprio objeto de estudo. Apreendemos do cotidiano o que nele introduzimos”. É gratificante ouvir as vozes dessas pessoas que fazem parte da maioria pobre deste país, consequência sem dúvida do processo histórico de desenvolvimento brasileiro que gera elevados níveis de vulnerabilidade econômica e social até a atualidade.

Os desdobramentos da pesquisa evidenciaram a necessidade de pensar a educação

como um processo de formação amplo, de luta pela emancipação social e garantia de cidadania plena. No entanto, também ficou muito latente a ideia de que somos iguais perante a lei, mas o direito a uma educação de qualidade é por diversas vezes violado. Não existe carência de leis, existe falta de comprometimento com a modalidade de ensino, pois até a presente data o Ministério da Educação insiste em lançar programas que não atendem o perfil do aluno matriculado. Sem direcionamento, orientações claras e precisas do Ministério da Educação os estudantes da EJA seguem nas estatísticas na busca incessante do direito à educação.

Os resultados da pesquisa revelaram, ainda, que é importante continuar na luta cotidiana por dias melhores e por uma educação inclusiva, transformadora com possibilidade de mudar o mundo, tornando a sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é fundamental empreender um conjunto de ações intersetoriais que possam promover a permanência desses alunos no espaço escolar. Portanto, os principais direitos sociais precisam ser garantidos para que haja mais igualdade de oportunidades. Quando a família não tem o que comer, o que acontece no Brasil em proporção inaceitável, a escola fica em segundo plano. A prioridade é a sobrevivência e com isso, aumentam-se os índices de abandono escolar.

Por fim, destaco que é impossível analisar a escola separada de um entendimento mais profundo das transformações que nossa sociedade vem sofrendo nos últimos anos. Portanto, o presente estudo carregado de histórias, sonhos, desafios pode abrir novos caminhos, perspectivas de práticas educativas humanizadas que sigam na busca incessante do direito à educação de jovens, adultos e idosos. A sonho de uma educação para todos continua.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB N°01, de 5 de julho de 2000.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA**. Brasília, 2000.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERRAÇO, C.E.; SOARES, M.C.S.; ALVES, N. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em Educação**. Rio de Janeiro, eduerj, 2019.
- FETH, M.; BORALYNSKI, A; HEIDEMANN, D. **O Catador de Pensamentos**. Brinque-Book, 2002.
- GONÇALVES, R, M; RODRIGUES, A; RIBEIRO, T. Por que pensar e pesquisar com narrativas docentes? In: GONÇALVES, R, M; RODRIGUES, A; RIBEIRO, T. (Orgs.). **Cotidianos e formação docente – Conversas, currículos e experiências na escola**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019, p. 119-142.

INEP. **Censo escolar 2021**. Apresentação disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/inep-divulga-dados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2021>

Acesso em: 01/03/2022.

OLIVEIRA, I. B. Currículo e processos de aprendizagem ensino: políticas práticas educacionais cotidianas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013.

PAIVA, J; SALES, S. R. As muitas invenções na EJA. **Revista Analítico de Políticas educativas**. Volume 22 Número 58 30 de junho de 2014.

PAIVA, J. Contradições na formulação das políticas de educação: inclusão/exclusão, autonomia, cidadania, qualidade como consequência dos fatores legais e de financiamento. In: **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro: UFF, IEP- MPRJ, 2017, p. 89-103.

SERPA, A. Conversas possibilidades de pesquisa com o cotidiano. In: RIBEIRO, T., SOUZA, R. de, SAMPAIO, C. S. **Conversa como metodologia de pesquisa: porque não?** Rio de Janeiro: Ayu, 2018,p. 93-118.

[1] Vermelhinho- ônibus que circula dentro do município de Maricá, denominado Política Pública Transporte Tarifa Zero para toda população. Administrado pela EPT- Empresa Pública de Transporte criada pela Lei 244 de 11/09/2014.